



# Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Ofício:

Sob o número 74/81, do Sr. FLÁVIO JOSÉ PENSO, Presidente da Câmara Municipal de Ampére, somando a posição de todos os colegas de Legislatura, venho expressar nosso apoio e reforço ao requerimento de número 125/81, de proposição do Vereador IVO ROQUE PEDRINI do Município de Toledo, neste Estado, cujo requerimento foi por aquela Casa de Leis aprovado por unanimidade de votos.

Queremos reforçar o apelo daquele Poder Legislativo, pedindo a esta Casa para que lute sem medir esforços pela solução das reivindicações formuladas aos termos do "MANIFESTO DE CASCAVEL", firmado pelos Juizes de Direito do Oeste e Sudoeste do Estado, em 12 de setembro próximo passado. — Ao conhecimento da Casa.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Resolução nº 89/81, oriundo de Parecer da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito em área do Município de Palmital, objetivando a criação do Município de Altamira.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. SALIM DO CARMO, ex-Prefeito do Município de Guaraqueçaba.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. EGON SCHWANKE.

O infausto acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana, onde o falecido gozava de notável consideração pela sua dedicação e trabalho.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, da Senhora JOVITA AYRES WISTUBA.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, se dê ciência à família enlutada, através da sua filha, Dona GLENI GALEB, residente à Rua Jacarezinho, 1728, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao Jornal DIÁRIO POPULAR, pela realização da promoção intitulada "Chuteira de Ouro", premiando os maiores destaques do futebol paranaense.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1981.

(a) MÁRIO CELSO

### JUSTIFICATIVA:

Durante os últimos quatro anos, o Paraná vem sendo destaque nacional através da promoção "Chuteira de Ouro", realização do jornal "Diário Popular". Os nomes apontados pela promoção ganham logo espaços nos principais órgãos de comunicação no País, numa evidente demonstração de justiça na escolha.

Quando chegamos praticamente ao final de mais um ano esportivo, a festa se repete, premiando aqueles que mais se destacaram. A entrega da cobiçada "Chuteira de Ouro" será hoje à

noite, no restaurante "Costelão do Catarina".

Entre os premiados estão ROBERTO (Atlético), AUGUSTO (Atlético), ZEQUINHA (Londrina), TONINHO CARLOS (Matsubara), SERGINHO (Coritiba), TOBY (Coritiba), MÁRIO SÉRGIO (Matsubara), ELY CARLOS (Coritiba), PAULO CÉSAR (Maringá), ADEMIR (Maringá) e CARLOS HENRIQUE (Londrina).

O treinador do Matsubara, Armando Renganneschi, foi eleito o técnico do ano.

A revelação ficou por conta de Flávio Mendes, Zagueiro do Atlético. O árbitro Eraldo Palmerini foi escolhido como o Juiz de Futebol de 1.981.

Ganharam destaque ainda: Joel Mendes, Nilton, Beliato, Casinha, João Paulo, Edivaldo Lima, Nelsinho, Moacir, Valdeci e Partala (Atletas), Nelson Vetorello, Edson Mauad e Enzo Scaletti (presidentes), Azis Domingos (Diretor de futebol), Napoleão Araújo (médico), Oswaldo Sarti (massagista) e Amilton Nofke (técnico juvenil).

Reconhecendo o valor de cada talento, a equipe esportiva de Costa Lima (coordenador da festa) faz justiça aos maiores nomes do nosso futebol.

A promoção "Chuteira de Ouro", merece ficar registrada na sessão de hoje, ganhando desta forma o aplauso de todo o povo paranaense.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à SANEPAR, solicitando instalação de rede de água à Rua José Franco de Oliveira (e prolongamento), no Bairro do Tarumã, nesta Capital, e que da decisão dê-se ciência ao Sr. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

Os moradores do populoso Bairro do Tarumã, especialmente os habitantes da Rua José Franco de Oliveira, vêm passando sérias dificuldades, no que diz respeito ao abastecimento de água potável.

É objetivo do próprio Governo, proporcionar melhores condições de vida ao povo paranaense, e é amparado nestes mesmos objetivos que apresentamos tal solicitação, porquanto uma das formas de contribuir para a melhoria das condições de higiene e saúde do povo, é o abastecimento de água potável.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 135/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de CACHOEIRA DO ESPÍRITO SANTO, no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT

## JUSTIFICATIVA:

O atual povoado de CACHOEIRA DO ESPÍRITO SANTO, com mais de cinquenta casas residenciais e comerciais, possui hoje uma população com número superior a mil habitantes, satisfazem as exigências contidas pelo Artigo 9º e seus incisos, da Lei Complementar nº 02/73, de 18 de junho de 1973, com uma área de 5.735 alqueires, ou seja, 138.777,03 metros quadrados, compreendida dentro das seguintes confrontações:

Partindo do marco (0), segue confrontando com José Cirillo Carvalho, com o rumo 28º 16'43" SW, com a distância de 249,75m até o Marco 1. Daí segue confrontando com José Francisco da Costa, Pedro Cazani e Francisco José Ramos, com o rumo 57º 40'36" SE, com a distância de 333,87m, até o Marco 2. Daí segue confrontando com Joaquim Alves de Oliveira, José Ananias e outros, com o rumo 71º 20'54" NE, com a distância de 371,55m até o Marco 3. Daí segue confrontando com as Centrais Elétricas de São Paulo — SESP, com os seguintes rumos e distâncias: Com 89º 46'07" NW em 52,98m, até o Marco 5. Com 82º 51'18" NW e 32,20m, até o Marco 6. Com 33º 48'20" NW em 46,80m até o Marco 7. Com 34º 20'26" NW em 63,35m, até o Marco 8. Com 40º 49'10" NW em 78,45m, até o Marco 9. Daí com 63º 41'41" NW em 81,10m, até o Marco 10. Com 80º 26'34" NW em 29,88m, até o Marco 11. Daí com 70º 56'05" SW com 35,11m, até o Marco 12. Daí com 81º 10'10" NW em 42,90m, até o Marco 13. Com 55º 01'59" NW em 55,18m, até o Marco 14. Com 59º 39'40" NW em 20,15m, até o Marco 15. Com 80º 30'36" NW em 30,40m, até o Marco 16. Daí com 78º 09'17" NW em 41,50m, até o Marco "0" onde teve início os levantamentos.

A criação do Distrito Administrativo de "Cachoeira do Espírito Santo" vem ao encontro dos interesses da própria administração do Município de Ribeirão Claro, levando-se em consideração que se trata de uma região próspera, situada em ponto privilegiado daquele município e às margens da Represa de Xavantes, e de grande interesse turístico. Tanto que já conta com grandes melhoramentos públicos, tais como: luz elétrica, telefone, água encanada, escolas, etc., estando distante aproximadamente doze quilômetros da sede do Município de Ribeirão Claro, estando servida de estrada de rodagem mecanizada, oferecendo condições de tráfego durante o ano todo, inclusive em épocas chuvosas.

Ante o exposto acima, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, no sentido de que seja aprovado o presente projeto de lei, que cria o Distrito Administrativo de "Cachoeira do Espírito Santo", atendendo desta forma, a mais justa aspiração do povo daquela região e da própria administração do Município de Ribeirão Claro, que nos forneceu todo o levantamento necessário para que pudéssemos cumprir com o que determina o Artigo 9 e seus incisos, contidos na Lei Complementar número 02/73, e que trata desta matéria.

## PROJETO DE LEI Nº 136/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE DE MARINGÁ — AFEDEM, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

## JUSTIFICATIVA:

A AFEDEM — Associação Feminina Beneficente de Maringá, sediada à Avenida Rio Branco, 917, na cidade de Maringá, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social à comunidade de Maringá, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal através da Lei nº 1363, de 24 de abril de 1980.

Assim sendo, a declaração de utilidade pública no âmbito estadual, através do Projeto de Lei que ora apresentamos, e que com certeza merecerá o apoio e a aprovação dos ilustres Pares com assento nesta Casa de Leis.

## PROJETO DE LEI Nº 137/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon "APAE", com sede e foro na cidade de Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT.

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon "APAE", com sede no município do mesmo nome, é uma entidade que vem funcionando desde a sua fundação em 10 de abril de 1976, cujo objetivo é o atendimento dos excepcionais, vem prestando relevantes serviços àquele município, mantida através de subvenções, doações e promoções, e dirigida por um grupo de pessoas que não medem esforços, e que aplicam a maior parte de suas horas de folga, em favor daquela entidade, e de seus assistidos.

Diante dos trabalhos que tivemos oportunidade de ver, trabalhos estes dirigidos por aquelas pessoas que realmente necessitam de um carinho todo especial, nada mais justo que esta Casa de Leis, outorgue àquela entidade, o título de utilidade pública, demonstrando desta forma, o seu reconhecimento, e ao mesmo tempo dando o seu apoio por tão nobre causa.

Diante do exposto acima, achamos por bem apresentar o presente projeto de lei, para o qual esperamos contar com o apoio integral dos nossos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélcio Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Romero Filho, inscrito.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estando durante a semana em nossa região, voltamos a esta Casa estarecidos, pois na região de Umuarama, Iporã, Francisco Alves, quatrocentos leiteiros parados não entregando o seu leite ao laticínio de Iporã por falta de pagamento.

O laticínio da Kamby há 120 dias não paga os seus produtores, os leiteiros locais. Justifica que não tem dinheiro, e é uma justificativa muito em vão, porque aqueles produtores que têm a sua criação de gado, que produzem, que levantam de madrugada para tirar o seu leite; o leiteiro que vai apanhar o leite na fazenda, no sítio, levantando também de madrugada.

O seu trabalho para a Kamby me parece que não tem validade alguma. Parece-me que a Kamby acha simplesmente que só ela merece obter os vantajosos lucros e os leiteiros há 120 dias sem receber. A Kamby deve naquela região, levantamento este feito pela associação dos leiteiros da região, Cr\$ ...45.000.000,00. Estes, hoje, num juro acima de oito por cento ao mês, dariam um lucro à Kamby e o não pagamento em torno de mais de Cr\$ 3.500.000,00 por mês, lucro esse que leva aos bolsos dos grandes empresários, quando o produtor que com sacrifício levanta de manhã para tratar do gado, para tirar o leite nada tem recebido.

Apelamos ao Governo do Estado, à Secretaria da Agricultura e outros órgãos competentes para que intervenham na Kamby, para que ela tome uma posição e para que os leiteiros daquela região possam receber, pelo menos os atrasados. Porque já pagam uma insignificância muito pequena. Porque neste País o produtor sempre vende muito barato e o consumidor sempre paga um preço exorbitante na hora de consumir o produto, na cidade.

É essa talvez a política do Governo centralizador. Parece-me que o Governo do General Ney Braga tem que tomar posição no caso da greve do leite da região. Porque num País onde a carência de alimentos é muito grande, aonde crianças subnutridas passam fome sem poder comprar um litro de leite, nós estamos vendo numa região despejarem mais de 120.000 litros de leite por dia, porque o laticínio não paga o preço justo e porque o laticínio deixa de pagar.

E o Governo tem competência para isso. Há uma interferência do Governo e cabe ao Governo do Estado do Paraná interferência com a Kamby, pois a soma é muito vultosa. Os produtores não podem entregar o seu produto sem que recebam, os produtores não são culpados se esse laticínio está em má situação, se esse laticínio não tem condições alguma para pagar os seus produtores.

Porque na hora de receber o leite eles não pagam, mas na hora de vender o leite ao consumidor o leite tem que ser pago à vista, e não há prazo nem de meia hora e nem de um dia. Então não é justo que lá no produtor não se paga, quando o consumidor tem que pagar à vista o seu produto e pagar muito caro, o leite que nós sabemos, depois que tiraram todo o alimento, vendendo praticamente a água do leite, quando o produtor entrega o leite puro, o leite sadio. Os laticínios desnatam, fazem o queijo e vendem praticamente a água do leite para os produtores. E assim mesmo na hora de pagar o produtor não o faz.

É uma ofensa aos produtores daquela região. Por isso faremos aqui esse apelo, para que as autoridades competentes assumam e assumam de uma vez por todas, porque o caso da Kamby há muito tempo vem registrando isso. Uma hora não recebe o leite, justificando que o leite não é bom e o produtor tem que levar de volta para casa. Outra hora não faz o seu pagamento justo, porque 120 dias de atraso é um atraso muito grande aos produtores e não é justo que eles venham participar da falência desse laticínio que é a Kamby.

Fazemos esse protesto por isso, veemente, e que esta Casa tome posição, que o Governo do Estado assuma dentro de poucos dias e assumam pagando aos produtores que não têm razão alguma de não receber o seu produto.

É esse o apelo que fazemos nesta Casa hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e o nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente e não havendo oradores para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se vai fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usará o horário, Sr. Presidente, o Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Campo Alto, Município de Colombo, é uma região que vê 120 famílias ameaçadas de despejo e trazendo uma preocupação muito grande para 300 famílias que ali residem, no Bairro do Atuba, Município de Colombo, localidade denominada de Campo Alto.

As famílias contrataram um advogado no sentido de defendê-las junto à justiça. E com a possibilidade da nova lei de usucapião, aprovada em Brasília, já começam os proprietários de lotes urbanos a se movimentar e muitos pretensos proprietários também.

Tenho em mãos, mandado do Juiz da Comarca de Colombo e também matéria publicada pelo jornal "O Estado do Paraná", que retrata a situação delicada destas 120 famílias de Campo Alto. Possivelmente com temor desta nova lei de usucapião, que pode ser estendida também para o meio urbano, os pretensos proprietários de uma área na divisa Curitiba-Colombo, entraram na Justiça para tentar retirar do local 120 famílias, algumas das quais residentes ali há vinte anos ou mais.

Apesar de pobres, estas famílias, através de sua associação de bairro, lutam agora para que os poderes públicos intervenham no caso. E criticam a Prefeitura de Colombo, que simplesmente lavou as mãos.

Quem está defendendo os colonos é o advogado Antenor Ribeiro Bonfim. Segundo o advogado, o caso começou recentemente, quando os moradores de Campo Alto, bairro que se estende pelas duas margens do Rio Atuba, em Curitiba e Colombo, organizaram sua Associação de Moradores e Amigos para reivindicar melhorias junto aos poderes públicos, já que lá não existe água, luz, ou qualquer infra-estrutura.

Mantendo contatos com a Prefeitura de Colombo, tiveram conhecimento de que parte da área do bairro onde moram 300 famílias, pertenceria a particulares. Ao saberem disso, pediram à Prefeitura para que intercedesse junto a estes possíveis proprietários, no sentido de se obter uma reunião com os moradores, para se tentar uma solução que atendesse a ambos os interesses.

As reuniões aconteceram, mas sem a presença dos que se dizem proprietários. Na última reunião, a Prefeitura disse, segundo o advogado, que nada tinha a ver com o problema. E finalmente no sábado passado, uma surpresa para os moradores, foram citados judicialmente. Os pretensos proprietários haviam requerido, em Colombo, o sequestro da área (pelo sequestro a terra fica depositada judicialmente, podendo o proprietário requerer, num prazo de trinta dias, a ação de despejo).

O advogado das famílias, Dr. Antenor Bonfim, como representante da Associação de Moradores, vai contestar a ação, mas diz que há necessidade de intervenção dos poderes públicos.

Por isso mesmo é que estamos usando a tribuna, no horário da Liderança do PMDB, para fazer um alerta às autoridades policiais, no sentido de que intercedam imparcialmente e que a Justiça possa ser a mais cautelosa possível, para que se evite um grande trauma social no Município de Colombo, na localidade de Campo Alto.

**O Sr. Nelson Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Nestor Baptista, este assunto que inclusive a Liderança do PMDB tomou conhecimento e que o ilustre Deputado traz à tribuna, tem como característica a pretensão que se vê por aqueles que se dizem proprietários de diversas áreas nos setores urbanos, não só de Curitiba e, por certo, nos demais locais do Brasil. Porque isso está ligado à nova lei do

usucapião, que é apenas um projeto embrionário e, obviamente como existe já, por parte até do Senador Leite Chaves, do PMDB, uma emenda propondo a extensão desta lei de cinco anos também à área urbana, fica visível neste panorama que, a cada dia que passa, vamos ter muitos pretensos proprietários propondo medidas de despejo e que, no caso específico aí, o Juiz deferiu apenas uma solução parcial, através de uma medida de sequestro, para que a área permaneça num "status quo" em que se encontra, até que a Justiça venha posteriormente definir toda a problemática.

Mas o que nos chama a atenção é que, neste instante, a política deve ser chamada à responsabilidade, para que seja imparcial nesses casos.

E mais do que isso, que a Justiça comum tenha muita cautela para ter também as suas prevenções, evitando que nós tenhamos atropelos à lei, daqueles que receiam que amanhã ou depois os homens que têm posse, como aí consta da própria petição do advogado, alguns com dezenas de anos, com posse mansa e pacífica.

E neste instante, sob ameaça de despejo, é óbvio portanto, que a sua denúncia da tribuna e o chamamento à responsabilidade, tanto do setor policial, como da própria justiça, se for o caso, que haja uma identificação dos direitos daqueles que como posseiros há muito tempo, estão lá na área, de maneira pacífica, mansa, sem outros atropelos.

Basta uma lei, de um caráter social mais evidente, como esta nova lei, de usucapião, que deverá entrar em vigor se possível em 82, após os trâmites congressuais, já há aqueles que procuram se acautelar e defender direitos que muitas vezes são duvidosos.

Por isso o apoio e a certeza, de que não só a medida do advogado, como a própria ação dos moradores daquele bairro. E Vossa Excelência que representa Curitiba deve merecer de todos nós o apoio integral, porque são famílias e são dezenas de famílias que precisam nesta hora do apoio imparcial e, acima de tudo justo, para aqueles que procuram um pedaço de terra, para ter a sua casa, o seu lazer, a sua residência, embora as dificuldades da periferia de qualquer cidade grande, hoje no Brasil.

Meus cumprimentos, portanto, e o registro, por parte da Bancada do PMDB, da apreensão com referência a todas as medidas que possam ocorrer, muitas delas, fazendo justiça pelas próprias mãos, de pretensos proprietários, atrapalhando o direito pacífico daqueles que possuem áreas, há muitos anos.

Era isso, Deputado. Obrigado.

**O SR. NESTOR BAPTISTA** — Obrigado ao nobre Deputado pelo aparte.

E termino dizendo que quem reivindica a propriedade, é Boleslau Usique e sua esposa, que afirmam ser donos de 12 alqueires e meio na região, atingindo assim o local onde moram 120 famílias, das 300 que habitam Campo Alto.

É o próprio advogado das famílias que considera que a medida judicial foi tomada por Usique e sua esposa, por medo da nova legislação sobre o usucapião, que tramita no Congresso Nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — A Mesa consulta à Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulto à Liderança do PTB; ausente, consulto à Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 80/81, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Foz do Iguaçu, para consulta à população sobre a criação do Município de Santa Terezinha. — **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 80/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, localizada no Município de Foz do Iguaçu, a fim de consultar a sua população sobre a criação do Município de Santa Terezinha:

“ Partindo da ponte da estrada de Santa Helena sobre o rio Passo Cuê, sobe por esse curso, no sentido Leste até a sua nascente, aproximadamente na divisa do Município de Foz do Iguaçu, com o Município de São Miguel do Iguaçu, segue por essa no sentido Sul até encontrar a picada da antiga linha telegráfica que margeia a estrada velha de Guarapuava no ponto em que esta última transpõe o rio Apepu, descendo a picada acima descrita no sentido Oeste, percorre uma extensão de aproximadamente 17.000 mts., até alcançar a ponte localizada sobre o arroio Saga Funda, localizada na Fazenda Bonozo, no canto Sudoeste da linha divisória do Patrimônio da Colonizadora Criciúma Ltda, daí partindo em sentido Norte, seguindo a linha divisória do Patrimônio da referida firma até o ponto em que esta deriva a Leste, indo daí, em ângulo de mais de 90º, para Oeste numa distância aproximada de 1.800 m, onde reflete ao Norte em linha reta alcançando a estrada de Santa Helena, pela qual segue ainda em direção Norte até a ponte nessa estrada sobre o Rio Passo Cuê, ponto de partida”.

Sala das Comissões, em 3 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;  
ROSÁRIO PITELLI, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 77/81, que declara “Ano da Defesa Ambiental do Paraná”, o ano de 1982. — **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 77/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarado “ANO DA DEFESA AMBIENTAL DO PARANÁ”, o ano de 1982.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;  
ROSÁRIO PITELLI, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a “Creche Ana Lopo Canet”, com sede e foro na Cidade de Congonhinhas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a “Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo — FUMEST”, no Município de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a “Guarda Mirim de Umuarama”, com sede e foro na Cidade de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que estabelece critérios para o provimento dos cargos de Assessor de Imprensa e seus auxiliares nos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

### PROJETO DE LEI N.º 32/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1.º — Os cargos de Assessor de Imprensa dos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Paraná, serão providos exclusivamente por jornalistas habilitados nos termos do Decreto-Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969, e do Decreto n.º 85.284, de 13 de março de 1979.

§ único — O mesmo procedimento se aplicará aos auxiliares que prestem serviços profissionais de natureza jornalística nas assessorias de imprensa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

### JUSTIFICATIVA:

Assegurar o exercício profissional nas assessorias de imprensa dos órgãos públicos estaduais, exclusivamente, de jornalistas legalmente habilitados, garantindo melhor qualidade do serviço e resguardando os interesses dessa importante classe.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 32/81

#### PARECER

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado AIRTON CORDEIRO, tem por finalidade oferecer à Administração subsídios consistentes em critérios a serem obedecidos quando do provimento dos cargos de Assessor de Imprensa e seus auxiliares, nos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Verifica-se do exame do processo que foram preenchidas

as formalidades legais, não havendo nenhum óbice à sua normal tramitação pelos canais competentes desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente;  
JURANDIR MESSIAS – Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N.º 32/81

PARECER

O nobre Deputado Airton Cordeiro, através deste projeto, pretende estabelecer critérios para o provimento dos cargos de Assessor de Imprensa e seus auxiliares, nos órgãos da administração direta e indireta.

Consiste o critério em tornar exclusivo de tais cargos os jornalistas habilitados nos termos do Decreto-Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969, e do Decreto n.º 83.284, de 13 de março de 1979.

A qualidade dos serviços prestados por profissionais qualificados, é, obviamente, uma das metas a ser alcançada pela propositura.

De pleno acordo com a intenção do seu ilustre autor, opino pela aprovação deste projeto.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1981.

(aa) NELSON BUFFARA – Presidente;  
GABRIEL MANOEL – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 74/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que prorroga por 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no art. 30, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 74/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º – Fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no Art. 30, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

O Art. 30, da Lei n.º 7.424/80, dá um prazo de cento e vinte dias para que o funcionário enquadrado no Plano de Classificação, opte pelo retorno à situação funcional em que se encontrava anteriormente.

Esse prazo, entretanto, não foi suficiente para que os funcionários lotados no interior do Estado tivessem tempo de decidir e manifestar sua intenção de permanecer na situação funcional em que se encontravam.

É, pois, medida de justiça, permitir àqueles funcionários que perderam o prazo para manifestarem-se sobre o interesse pela permanência na situação funcional em que se encontravam, que o façam dentro de um novo prazo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 74/81

PARECER

Objetiva o presente plano de lei prorrogar por 120 (cento

e vinte) dias o prazo estabelecido na Lei n.º 7.424/80, que facultou ao funcionário enquadrado no Plano de Classificação, retornar à situação funcional anterior.

Argumenta, com razão, o eminente Deputado autor do projeto, que a exigüidade do prazo concedido pela referida lei - 20 (vinte) dias apenas - frustrara a iniciativa de funcionários do interior que, dessa forma, perderam o prazo. Por tal razão, pretende o projeto conceder novo prazo para as providências referidas.

Tendo em vista o sentido de Equidade do Plano, somos favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente;  
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA – Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N.º 74/81

PARECER

O nobre Deputado Francisco Escorsin, através deste projeto, visa prorrogar por 120 dias o prazo estabelecido na Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, ou seja, para que o funcionário do Poder Executivo opte pelo retorno à situação funcional em que se encontrava anteriormente àquela lei.

Na justificação, o ilustre autor esclarece que muitos funcionários, designados para exercer funções em outros órgãos de outros Poderes, perderam o citado prazo para se integrar no Plano de Classificação criado pela mencionada lei.

Assim, a medida é justa, oportuna e conveniente.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) NELSON BUFFARA – Presidente;  
WILSON FORTES – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 78/81, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, que declara de utilidade pública a “Liga Londrinense de Futebol de Salão”, com sede e foro na Cidade de Londrina. – Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 78/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a “LIGA LONDRINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO”, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

JUSTIFICATIVA:

A Liga Londrinense de Futebol de Salão tem por finalidade o intercâmbio esportivo através de campeonatos oficiais e competições amistosas no âmbito municipal e inter-municipal, desenvolvendo, orientando, fiscalizando e difundindo por todos os meios, ao seu alcance, o futebol de salão do nosso Estado.

Por se tratar de entidade que cultiva a educação moral, cívica e intelectual, sobretudo no meio das novas gerações, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares, com assento nesta Casa de Leis, o devido apoio e posterior aprovação.

Pela documentação anexa temos que a Entidade preenche

todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 78/81**

Parecer

Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Dácio Leonel de Quadros, declarar de utilidade pública a "Liga Londrinense de Futebol de Salão", com sede na Cidade de Londrina.

Tendo em vista os termos da justificativa e dos Estatutos apresentados, inexistem óbices à normal tramitação do processado pelos Órgãos competentes desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/81, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública o "Instituto da Igreja São Carmelo Divino", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 86/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Instituto da IGREJA SÃO CARMELO DIVINO, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1981.

(a) GABRIEL MANOEL.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública, mantém uma Clínica Médica que presta atendimentos gratuitos, aos EXCEPCIONAIS CARENTES, crianças e adultos, também dando o mesmo atendimento às crianças que realmente não tiverem recursos, para com tal atividade justificar sua presença na comunidade.

Por tais razões, apresentamos este plano de lei, esperando dos ilustres Pares com assento nesta Casa de Leis, que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 86/81**

PARECER

De autoria do eminente Deputado Gabriel Manoel, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o Instituto da Igreja São Carmelo Divino, com sede em Curitiba.

Cumprida a diligência determinada, sanadas as falhas e supridas as omissões apontadas, opinamos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

JURANDIR MESSIAS — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o "Sindicato Rural de Jataizinho", com sede no Município de Jataizinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unani-

midade. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 92/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato Rural de Jataizinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1981.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

O Sindicato Rural de Jataizinho, é uma entidade sindical com sede e foro na cidade de Uraí.

Foi constituída para fins de coordenação e proteção a representação legal da categoria; estando já devidamente organizada e prestando relevantes serviços aos seus associados e familiares, elaboramos o presente projeto de lei, esperando que se lhe dê o devido apoio.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 92/81**

PARECER

O nobre Deputado Rosário Pitelli, com o presente projeto de lei, intenciona declarar de utilidade pública o "Sindicato Rural de Jataizinho".

Do acurado exame da documentação anexada infere-se que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais determinados pela legislação aplicável, notadamente os inscritos no artigo 1.º, incisos I, II, III e IV, da Lei n.º 6994, de 12/01/78.

Destarte obedecidas as disposições legais, inexistem óbices que se lhe anteponha, motivo pelo qual emitimos parecer FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

GABRIEL SAMPAIO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Sociedade Benficiente Casa de Misericórdia de Cambará", com sede na Cidade de Cambará. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 95/81.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA.**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICIENTE CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMBARÁ.

Art. 2.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(aa) ERONDY SILVÉRIO.

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Benficiente Casa de Misericórdia de Cambará, com sede e foro na Cidade de Cambará, tem por objetivo ministrar a assistência médica gratuita aos indigentes, desenvolver o serviço hospitalar dentro das modernas condições higiênicas, promover atendimento médico e farmacêutico para prover as necessidades dos indigentes, recebendo doentes em quartos particulares, mediante contribuição prévia, dando-se prefe-



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 95/81

PARECER

O nobre Deputado Erondy Silvério, objetiva a declaração de utilidade pública da Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia de Cambará, sediada na cidade do mesmo nome.

A documentação que acompanha a iniciativa preenche as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

A competência para propor é legítima e a forma tem amparo regimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 7 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente;

GABRIEL SAMPAIO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 96/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que denomina “Rodovia Ítalo Orcelli”, a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã à Cidade de Pérola, PR-458. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 96/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica denominada “Rodovia Ítalo Orcelli” a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã à Cidade de Pérola, PR-458.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O cidadão Ítalo Orcelli nasceu no dia 12.04.1912, na Província de Verona, Itália, imigrando para o Brasil em 1920. Aqui chegando, passou a trabalhar na lavoura no Município de Olio - Estado de São Paulo.

Em 1935, contraiu núpcias com D. Anna Orcelli com a qual constituiu operosa família, formada pelos filhos Dario Orcelli, Ida Orcelli, Osvaldo Orcelli, Maria dos R. Orcelli, Maria Madalena Orcelli e Ana Maria Orcelli.

No ano de 1948, a família veio para o Estado do Paraná, radicando-se no Município de Rolândia, onde desenvolveu intenso programa na produção de espécies agrícolas.

Dotado de espírito de progresso e pioneirismo no ano de 1953, Ítalo Orcelli adquiriu terras no Distrito de Cafezal, Município de Iporã. Para se estabelecer naquela localidade, foi a pé desde Cruzeiro do Oeste pois naquela época não existia estrada de ligação.

Em Cafezal sofreu muito ao desbravar a terra para plantar suas lavouras. Dedicou-se ao desenvolvimento da região, contribuindo com os seus recursos para a implantação de escolas, igrejas e incentivando as pessoas a se estabelecer no pequeno povoado que hoje é a populosa sede do distrito. Foi ele o grande estimulador para que seu filho Osvaldo Orcelli concorresse a uma das cadeiras à Câmara Municipal de Iporã, cargo a que foi eleito com expressiva votação. Tanto amor ligou-o à terra que até o seu falecimento, ocorrido dia 29 de junho de 1981, declarava jamais pretender sair da sua querida Cafezal.

Assim consideramos justa a homenagem a este pioneiro que realmente muito contribuiu para o progresso e bem estar

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 96/81

PARECER

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Ezequias Losso, denominar “Rodovia Ítalo Orcelli” a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã, à Cidade de Pérola, PR-458.

Considerando os termos da Justificativa, nada obsta a que tenha o projeto sua tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente;

WERNER WANDERER – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 98/81, de autoria do Deputado GILBERTO R. CARVALHO, que declara de utilidade pública o Movimento Ecológico “Os Filhos Livres da Natureza”, com sede na Cidade de Piraquara. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 98/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica decalorado de utilidade pública, o Movimento Ecológico “OS FILHOS LIVRES DA NATUREZA”, com sede e foro na Cidade de Piraquara.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas sob nº 3.011, do Livro “A-2”, datado de 26 de março de 1980, do Segundo Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e tem por objetivo a aproximação mais íntima de seus associados através de estudos, debates, conferências e outros meios de alcance, estimulando-se ao sentimento de responsabilidade pessoal e o amor à natureza.

O Estatuto da referida entidade, no seu artigo 28, dispõe que a mesma não distribui lucros, bonificações e vantagens a dirigentes mantenedores ou associados sob pretexto algum, estando portanto a Associação em condições de ser declarada de utilidade pública, conforme as exigências da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em foco.

Face ao exposto, solicitamos dos ilustres Pares que se dê o devido apoio à nossa iniciativa e posteriormente a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 98/81

PARECER

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça, o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Gilberto R. Carvalho, que visa declarar de utilidade pública o movimento ecológico “OS FILHOS LIVRES DA NATUREZA”, com sede na Cidade de Piraquara.

Considerando os termos da justificativa, bem como os



objetivos da entidade vasados em seus Estatutos, inexistem óbices de ordem regimental ou legal para a sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

WERNER WANDERER, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres Santa Izabel" da Escola Dirce de Aguiar Maia, com sede e foro na Vila Santa Izabel na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 99/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES "SANTA IZABEL DA ESCOLA DIRCE DE AGUIAR MAIA", com sede e foro na Vila Santa Izabel, na Cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública é uma sociedade civil, tem por objetivo geral, colaborar na assistência do educando, no aprimoramento do ensino e na integração da família-escola-comunidade. Sendo uma instituição já fundada a longa data, visto que seu registro original foi feito em 24 de setembro de 1973, conforme consta sob nº 166, livro "A" do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Maringá, vem desempenhando suas funções a contento, tanto que a Câmara Municipal de Maringá aprovou e o Prefeito Municipal sancionou Lei Municipal concedendo-lhe o título de "utilidade pública" em 17 de abril de 1980.

O relatório que faz parte do presente projeto, evidencia as atividades beneméritas da instituição, bem como a documentação apresentada preenche os requisitos legais exigidos para que a pretensão receba o apoio e acatamento da Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 99/81

#### PARECER

De autoria do ilustre Deputado Antônio Facci, o projeto pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres "Santa Izabel da Escola Dirce de Aguiar Maia", com sede em Maringá.

Examinando o processado, verifiquei que a farta documentação que o instrui, atende a todas as exigências da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Assim, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 7 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

FIDELCINO TOLENTINO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, cons-

tante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salim do Carmo, ex-Prefeito Municipal de Guaraquecaba.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Egon Schwanke.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Jovita Ayres Wistuba, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 89/81.— Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

4 Srs. Deputados o aprovam;

3 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 11, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nº 51, 52 e 53/81 e de Lei nº 115 e 125/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 32, 74, 78, 86, 92, 95, 96, 98 e 99/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 128 e 129/81 e de Resolução nº 89/81.

A Presidência anuncia ainda para dia 12, quinta-feira, a 1a. DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 110/81 (Proposta do Orçamento do Estado para 1982).

Marcando para amanhã, dia 10, terça-feira, às 15:00 horas, Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Ophir Rui Witowicz.

Levanta-se a sessão.

#### Ata das Comissões:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

9a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 34a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Gabriel Sampaio apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 115/81 - de autoria do Senhor Deputado Florivaldo Palácios, que declara

de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, com sede nesta Capital.— PROJETO DE LEI Nº 125/81, de autoria do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba. Projetos de Resolução de nº 70/81, 71/81 e 72/81, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para cons-

tar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO  
PRESIDENTE

(a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário